

SOBRE AS PRESENCAS (AUSÊNCIAS) DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS NA EDUCAÇÃO BÁSICA E SUPERIOR

Ícaro Dias Cruz ¹Luciana pereira de Oliveira Cruz ²

RESUMO

Os estudos sobre travestilidades, transexualidades e trangeneridades têm constituído, nas últimas décadas, um campo de estudos, especialmente nas Ciências Humanas e Sociais, com destaque para a Sociologia, Antropologia, Psicologia, Educação. Ademais, os Estudos de Gênero e Sexualidades têm sido tensionados pelas(os) intelectuais travestis e transexuais que, a partir de suas próprias experiências, têm produzido um movimento de decolonização das estruturas acadêmico-científicas que, por muito tempo, invisibilizaram esses sujeitos, tratando-os como meros objetos de estudo. O transfeminismo, por exemplo, é uma resposta político-acadêmica e epistêmica a essa invisibilização dos corpos e pensadoras-intelectuais transfeministas. Este texto tem como objetivo, a partir de uma pesquisa bibliográfica, analisar as experiências de travestis, transexuais e transgêneros escolares, seja na condição de estudantes, em especial no contexto da educação básica, seja na condição de professor(a), de forma a evidenciar as violências que corpos dissidentes das normas cisheteronormativas vivenciam, mas também demonstrar como esses corpos-sujeitos enfrentam essas violências, recorrendo a diferentes táticas-estratégias. Tendo como base teóricos ANDRADE (2012), BENTO (2011), BOHM (2009), BRITO (2016) e (2020), CRUZ (2016), DIAS (2016), FRANCO (2009), MODESTO (2018). Pra isso, faz-se necessário entender a escola como espaço de múltiplas vivências, que esteja pronta para alguns desafios e revisões curriculares e pedagógicas, rumo a ampliar os campos sobre as questões raciais, de gênero e sexualidade, para a garantia de uma formação mais humana e inclusiva.

Palavras-chave: Escola, Travestibilidade, Educação Básica e Superior, Sociologia.

INTRODUÇÃO

Os estudos sobre travestilidades, transexualidades e trangeneridades têm constituído, nas últimas décadas, um campo de estudos, especialmente nas Ciências Humanas e Sociais, com destaque para a Sociologia, Antropologia, Psicologia, Educação. Ademais, os Estudos de Gênero e Sexualidades têm sido tensionados pelas(os) intelectuais travestis e transexuais que, a partir de suas próprias experiências, têm produzido um movimento de decolonização das estruturas acadêmico-científicas que, por muito tempo, invisibilizaram esses sujeitos, tratando-os como meros objetos de estudo. O transfeminismo, por exemplo, é uma resposta político-acadêmica e epistêmica a essa invisibilização dos corpos e pensadoras-intelectuais transfeministas.

¹ Mestre em Educação pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB, icaroped05@email.com;

² Doutora em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia - UNEB. lpcruz@uneb.br.

Contudo, segundo Nascimento (2021, p. 49), “em uma perspectiva histórica de gênero e sexualidade, as transgeneridades ocupam um lugar de não existência: como mulheres transexuais e travestis, somos forasteiras da humanidade, estrangeiras do gênero”. Esta condição de não existência tem justificado as muitas e diferentes violências que recaem sobre pessoas/corpos que transgridem as normas de gênero e as expressões de sexualidades normativas.

Se no cotidiano escolar, como afirma Modesto (2018), as pessoas trans não sofrem apenas através das manifestações diretas de outras pessoas, mas também em razão do despreparo de professores(as) e demais profissionais de educação para com a realidade vivenciada por essa população, pesquisas têm evidenciado que alguns (as) transexuais e algumas travestis, a despeito de todos os constrangimentos e violência a que são submetidos (as) para permanecerem nessas instituições, conseguem concluir seus estudos. Tais pesquisas evidenciam, ainda, que mesmo de forma incipiente e reduzida a poucos casos, a emergência de docentes travestis, transexuais e transgêneros nas instituições escolares, sinaliza para a resistência desses sujeitos às imposições cisheteronormativas e ao enfrentamento das muitas formas de violência que experimentam na condição de docentes.

METODOLOGIA

Este texto tem como objetivo, a partir de uma pesquisa bibliográfica, analisar as experiências de travestis, transexuais e transgêneros escolares, seja na condição de estudantes, em especial no contexto da educação básica, seja na condição de professor(a), de forma a evidenciar as violências que corpos dissidentes das normas cisheteronormativas vivenciam, mas também demonstrar como esses corpos-sujeitos enfrentam essas violências, recorrendo a diferentes táticas-estratégias.

As discussões aqui apresentadas compõem um estudo cujo objeto foi produzir uma dissertação intitulada (Trans)vestilizar a educação: ser professora trans e negra na educação básica em Vitória da Conquista-BA, defendida no Programa de Pós-Graduação em Ensino da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).

REFERENCIAL TEÓRICO

Em um sistema educacional repleto de especificidades, retaliações e opressões, torna-se desafiador para sujeitos que não se enquadram nos padrões e nas normas que configuram a sociedade (cisheteronormativa), alcançar e permanecer na escola, na condição de estudante, ou atuando como docente, seja na educação básica ou superior, a exemplo de professores negros e homossexuais, como demonstra Oliveira (2020). Brito e Souza (2020) e Andrade (2012) demonstraram como as violências transfóbicas impactam estudantes travestis e transexuais no contexto escolar. Nesse sentido, o contexto educacional continua estruturado pelo “racismo-sexismo-heteronormatividade-machismo-cisnormatividade, fazendo com que sujeitos que experimentam ou tenham alternativas de vida fora desse padrão sejam marginalizados ou excluídos do contexto social” (Odara, 2020, p. 81).

A negação de corpos/subjetividades trans em diferentes espaços/instituições da sociedade é uma discussão que tem amadurecido de forma significativa no âmbito acadêmico. Há, também, movimentações e lutas por visibilidade e direitos, tendo em vista que a sociedade se molda com base em discursos que legitimam a heteronormatividade, excluindo os sujeitos que transgridem às expectativas sociais e que não se enquadram nas normas de gênero e sexualidade. As pessoas trans (especialmente mulheres), nesse contexto, trazem uma “perturbação” às ordens de gêneros instituídas, questionando a cisnormatividade.

As posições ocupadas por professoras *trans* na escola são constituídas pelo resultado de processos de resistências e enfrentamentos no âmbito da educação básica e do ensino superior. Essas professoras representam uma pequena parcela de pessoas que conseguiram suportar as imposições cisheteronormativas, em razão da vulnerabilidade social em que foram expostas desde a educação básica, associadas a processos de exclusão.

A escola produz e reproduz relações de hierarquia entre os sujeitos que por lá passam e, por isso, segundo Oliveira (2020) há uma “naturalização” de ataques a corpos pretos e bichas, revelando que a escola se esforça para se manter branca e cisheterossexual. No mesmo sentido, segundo Bento (2011, p. 553), “os “normais” negam-se a reconhecer a presença da margem no centro como elemento estruturante e indispensável. Daí as instituições eliminarem-na obsessivamente por insultos, leis, castigos, assassinatos”.

Tento em vista a necessidade de corpos trans estarem incluídos nos espaços educativos, em especial no escolar, mesmo diante das muitas violências que ali são produzidas, a sua presença politiza e produz novas relações, enfrentam as estruturas que

alimentam as discriminações, os preconceitos e intolerâncias e, nesse sentido, segundo Oliveira (2017, p. 154):

Voltar para a escola significa um acerto com o passado. Não estava tão vulnerável como esteve na infância e adolescência. A “bicha” preta migrava dos cantos escuros da sala para a mesa da professora. A bicha preta escapulia ao destino que parecia imutável e conquistava o direito à fala e podia interferir positivamente na vida de estudantes pretos/as e bichas. A certeza de uma existência restrita às beiradas se desfaz. A afirmação de que “bicha não pode se engrenar na máquina estatal: permanece às bordas, atacando-a se dilui. A bicha preta é professora e funcionária pública.

A intensidade da discriminação e do desrespeito pelos quais travestis e transexuais são expostas nas escolas em que desejam estudar ou lecionar, bem como as reações de agressividade e revolta ocasionam o abandono dos estudos ou a expulsão da escola, o que consequentemente contribui para a marginalização desses sujeitos, pois bem se sabe da importância dada aos estudos e à profissionalização em nossa sociedade (Peres, 2009).

Franco e Cicillini (2016), em um levantamento do tipo “estado da arte”, sobre a relação do universo trans com a educação, tendo como recorte o período de 2008 a 2014, identificaram vinte publicações (três artigos publicados em anais de eventos; dois artigos publicados em revista eletrônica; cinco capítulos de livro; seis dissertações e quatro teses) divulgadas na forma de textos em anais de eventos, artigos em periódicos, capítulos de livros, dissertações e teses. Segundo os autores:

[Há] maior incidência desses estudos nas regiões Sul e Sudeste. As regiões Centro-Oeste e Nordeste foram identificadas como localidades menos exploradas nessa vertente investigativa; aspecto visualizado de forma ainda mais restrita na região Norte. A construção de conhecimento científico sobre universo trans e Educação é uma preocupação também manifestada por docentes trans, das quais três foram por nós identificadas.

Na continuidade deste texto, apresentamos algumas dessas pesquisas que tratam da presença de professoras travestis e transexuais na educação básica e superior, tanto na condição de estudantes, quanto de professores(as).

A pesquisa de Rubens Gonzaga Modesto (2018) investigou como se relaciona a história de vida de Leona, professora transexual, que atua na educação básica, na cidade de Congonhas, MG. A pesquisa revelou que Leona se auto identifica como mulher *trans* buscando se afastar da identidade de gênero travesti; sua trajetória escolar foi marcada por preconceito e discriminação. Na relação com a família, Leona experimentou a rejeição paterna em relação a sua identidade de gênero, mas, em contrapartida, recebeu apoio por parte de sua mãe, que acabou por se configurar como um importante membro de sua rede

de apoio social. Já na condição de docente, deparou-se com atitudes transfóbicas por parte de seus colegas e gestores. Contudo, mesmo diante dessas situações, Leona utilizou-se de mecanismos para manter-se na profissão docente, tais como ameaças de processos contra os agressores. Por outro lado, a relação com os alunos aponta para um reconhecimento e respeito ao gênero com o qual ela se identifica.

Luma Nogueira de Andrade (2012), primeira travesti³ com doutorado em nosso país, em sua tese de doutorado, defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará, teve por objetivo apresentar as travestis no espaço escolar, desvendando suas sociabilidades, resistências e assujeitamentos à ordem normativa. Trata-se de uma pesquisa de caráter etnográfico, realizada em três escolas públicas estaduais do Ceará.

A pesquisa teve início com a realização de um mapeamento nas escolas públicas estaduais com o apoio da Secretaria da Educação (SEDUC) para localizar as interlocutoras e as escolas que fariam parte do trabalho. O aprofundamento da pesquisa foi realizado com as jovens travestis matriculadas em escolas públicas e outras que não conseguiram permanecer para a conclusão dos estudos. As jovens travestis comparadas às travestis adultas também revelam uma ruptura com os estereótipos de travesti —imobilizada pela sociedade; elas radicalizam este ideal de travesti no singular para fazer eclodir formas de travestilidades diversas. Mesmo consideradas à margem da sociedade, elas sobrevivem, a exemplo das travestis estudantes, funcionárias públicas, educadoras, etc. A imagem socialmente exposta é aquela em que a travesti é rejeitada pela família, escola ou sociedade, tendo como única saída à prostituição. Esse modelo, obviamente, não deixou de existir, mas as travestis não estão presas a este - destino. A realidade atual das jovens travestis traz mudanças decorridas dos enfrentamentos e lutas travadas por travestis no decorrer da história recente (Andrade, 2012, p. 15).

Conforme Andrade (2012), nos resultados encontrados, a pesquisa apontou que dos 184 municípios do estado do Ceará apenas 25 possuíam jovens transgêneros matriculados em escolas estaduais. Ademais, segundo a autora, a negação das travestis no espaço escolar resulta no confinamento e na exclusão, que as transformam em desviantes e indesejadas, produzindo, como consequência, a sua expulsão do ambiente escolar, reforçando a ideia de que elas deixam a escola por escolha própria.

As jovens travestis que participaram desta pesquisa entram no espaço escolar com o apoio da família e/ou ONG, dispostas a ocupar seu espaço mesmo tendo de resistir ou se assujeitar às ordens normativas presentes

³ Vivenciei e vivencio em minha história de vida o estar travesti como aluna e professora da educação básica e ensino superior, e ratifico que para chegar até aqui foi necessário penetrar nas regras do jogo disciplinar e normativo da escola e da sociedade, a fim de criar – linhas de fuga (Foucault, 1979) que me tirassem de uma situação de marginalidade perpétua, mesmo que muito bem vigiada, preparada a todo instante para receber punição. Aprendi desde muito cedo que o menor dos meus erros poderia ser desculpa para uma retaliação (Andrade, 2012, p. 20).

na estrutura panóptica e nos documentos de gestão da escola. Não podemos deixar de reconhecer que ocorreu uma lenta evolução no processo, pois antes elas nem sequer poderiam ter acesso à escola e atualmente conseguem se matricular e, na convivência (e nos enfrentamentos), promovem conquistas para que sua singularidade seja -reconhecidasl e —legitimadasl por essa instituição. Mesmo com as resistências, algumas são punidas, inclusive com a pena de expulsão e sem direito a defesa. Muitas vezes, a punição não é necessariamente por um erro cometido, mas é uma forma de tentar camuflar a transfobia, pois quando o mesmo ato é cometido por alguém alheio ao universo trans o procedimento de punição é diferente. O objetivo desta estratégia é terminar com a considerada - avacalhção (gestora da Escola A) na escola (Andrade, 2012, p. 248).

Por fim, segundo Andrade (2012, p. 249), “o cotidiano da escola para as travestis oscila entre assujeitamento e resistência. Quando essas estudantes recusam algumas regras do sistema de educação, ao subverterem as normas da escola, quando organizam suas vidas de outro modo, elas estão produzindo formas de resistência capazes de gerar novas sociabilidades na escola, na família, na vizinhança, na vida profissional”.

A pesquisa de Alessandra Maria Bohm (2009) teve como objetivo analisar os relatos apresentados por travestis acerca das relações construídas com a escolaridade formal. A pesquisadora utilizou-se de questionário e entrevista para a produção dos dados, acompanhou as reuniões do Grupo Igualdade (Associação das Travestis e Transexuais do Rio Grande do Sul), entre julho de 2007 a fevereiro de 2008; participou na Parada Livre 2007 de Porto Alegre.

Os relatos obtidos a partir da pesquisa realizada com as travestis destacam a necessidade de mudanças em relação aos sistemas educacionais e a maneira como são tratadas as temáticas que envolvem sexualidade e diversidade sexual. Tais modificações são relacionadas a uma série de questões que envolvem os aparatos de ensino: temáticas incluídas ou ausentes nos currículos escolares; a formulação do Projeto Político Pedagógico das escolas; a necessidade de formação inicial e continuada dos/as educadores/as para o estudo sistemático de assuntos ligados à sexualidade e diversidade sexual; e, finalmente, as intervenções feitas pelos/as professores no que tange às violações e violências direcionadas às diversidades sexuais presentes nos espaços escolares (Bohm, 2009, p. 73).

Uma das consequências do alto índice de violência escolar contra travestis e transexuais se traduz na evasão/expulsão desses sujeitos da instituição escolar. No caso da pesquisa de Bohm (2009), 35% das entrevistadas alegaram ter abandonado a escola por conta das violências dirigidas a elas e por serem invisibilizadas pelo corpo do docente. Segue o relato da professora transexual, sujeita da pesquisa de Bohm:

[...] fui extremamente humilhada, sim, desde a primeira série, porque minha voz era fina, os meus gestos são extremamente delicados [...]. Eu

não entendia o que estava acontecendo, porque eu era uma menina no corpo de um menino [...] eu tinha sido invisível para meus educadores, professoras ausentes que nunca me enxergaram [...] impossível as professoras nunca terem visto, elas deixavam assim, como se eu fosse a vilã (Entrevista com professora trans) (Bohm, 2009, p. 44).

Bohm (2009), a partir das entrevistas realizadas com as travestis e da análise dos documentos, elabora alguns apontamentos no sentido de possibilitar e favorecer o acesso das travestis aos espaços escolares.

A construção de caminhos para o acesso e permanência das travestis na escola passa pela constituição de espaços de respeito às diversidades (Bohm, 2009, p. 78-79).

Por fim, segundo a autora, mesmo considerando que a escola não foi pensada para abrigar e respeitar travestis e pessoas trans, negros, gays, lésbicas, não podemos negar que “a escola vive hoje um momento de tensionamento em relação ao ingresso de novas e estranhas identidades, para as quais não foram previstas “vagas” (Bohm, 2009, p. 81). Nesse sentido, é preciso reconhecer a importância da escola, como sugerem as travestis entrevistadas, mesmo diante das muitas expressões de violência por elas vivenciadas nessa instituição.

A pesquisa de Tiago Zeferino dos Santos (2015) teve como objetivo geral analisar as representações de gênero e sexualidade (re)produzidas no espaço escolar por estudantes e profissionais de educação a partir da inserção de uma professora autodefinida transexual em uma escola de Ensino Fundamental da cidade de Tubarão, SC. Constituíram sujeitos de sua pesquisa estudantes que cursavam o sétimo ano na disciplina de Português, ministrada pela professora transexual no período correspondente ao ano letivo de 2012 e os profissionais de educação presentes na escola nesse mesmo período. Para a produção dos dados, o autor se utilizou da entrevista semi-estruturada, com todos os sujeitos da pesquisa, e de dois Grupos de Discussão com os estudantes, de modo que, ao todo, foram entrevistados 5 profissionais de educação e 21 estudantes.

Em sua pesquisa Santos (2015) apresenta os seguintes resultados: a experiência escolar da professora transexual, na condição de estudante, revela que a escola foi um espaço sexista, permeado por violência cotidiana, discriminação, inclusive por parte dos docentes.

Do levantamento feito pela pesquisadora, foram catalogadas aproximadamente sessenta professoras travestis e transexuais no Brasil. Se no momento da pesquisa de Reidel o número se apresentava [e ainda se apresenta, mesmo tendo aumentado] muito baixo, não podemos desconsiderar a dimensão político-pedagógica-educadora, mas também simbólica, da presença de professoras travestis e transexuais no espaço escolar.

Hoje, sei que não sou única! Já encontrei mais de sessenta professoras transexuais e travestis inseridas na Educação Brasileira. De norte a sul,

estão espalhadas em cidades pequenas como no Vale do Jequitinhonha, interior de Minas, no sertão do Nordeste, nas reservas do Rio Amazonas, na fronteira do Rio Grande do Sul com o Uruguai, bem como nas grandes cidades e capitais de todo Brasil. (Reidel, 2013, p. 73).

Além do levantamento realizado sobre a presença de professoras travestis e transexuais no campo da educação, como já referido, Reidel (2013) entrevistou sete professoras trans de diferentes estados do Brasil. Essas professoras assinalaram que uma das maiores dificuldades enfrentadas em sua experiência como professora está relacionada ao tratamento desrespeitoso por parte dos docentes da própria instituição.

Ao propor uma Pedagogia do Salto Alto, Raidel (2013) quer nos chamar a atenção para alguns aspectos que consideramos relevantes. O primeiro diz respeito ao fato de que, para além do ensino, a pedagogia do salto alto foi “[...] vai além do ensino formal da leitura, da escrita, dos cálculos ou de fórmulas químicas, físicas e da própria biologia” (p. 104). Esta pedagogia, segundo a autora, “mergulha num mundo mais próximo das realidades e das nossas formas de viver dentro da diversidade, pois, mesmo trazendo o conhecimento consigo, as questões de sedução, gênero e sexualidade estão presentes” (p. 105).

O segundo aspecto é que dificilmente uma “professora trans terá referência materna, ou seja, ela jamais será colocada como mãe ou tia de algum aluno e jamais se adequaria ao modelo de família tradicional apontado pela sociedade” (p. 105).

O terceiro aspecto dessa Pedagogia passa pela curiosidade que o corpo trans produz, ou seja, o “que estará por traz daquele corpo, que chama atenção, que transita, sensualiza e erotiza dentro da escola, o que não é normal, já que a escola, tal como a conhecemos, não pode (ou não quer) ter estes sujeitos dentro dela” (p. 105).

No quarto aspecto, escancarado pela pesquisa da autora, “os alunos recorrerem às professoras trans para consultá-las sobre tudo, suas particularidades e suas histórias. Ademais, segundo Reidel (2013, p. 105-106): “não são só os alunos LGBT que procuram as professoras, mas, em geral, todos os alunos aproximam-se delas e, muitas vezes, colocam-na em evidência, sendo paraninfa, conselheira e até mesmo eleita melhor professora da escola”.

Segundo Torres (2012, p. 22), a partir das entrevistas e das observações, foi possível compreender “como organizações, [a exemplo da Articulação Nacional das Travestis, Transexuais e Transgêneros (ANTRA)], entre outras, conferem às travestis e/ou transexuais acesso a direitos e capacidade de mobilização na construção de políticas de direitos humanos, local e internacionalmente”, possibilitando a esses sujeitos questionarem os estigmas que os atingem. Contudo, tais políticas, de caráter identitário, podem produzir armadilhas, posto que “reduzem sujeitos às sexualidades discretas, pois as normas, entre elas as de gênero, e as

relações de poder serão sempre suscetíveis de variações por serem produzidas socialmente” (p. 22). Ademais, segundo o autor, foi possível compreender a partir da pesquisa que:

- a) A prostituição é uma identificação sempre tensa na vida das professoras, pois remete a uma “profissão” não facilmente articulada ao exercício docente;
- b) As professoras trans têm conseguido firmar-se por diversos modos, seja através de medidas judiciais e alianças com movimentos sociais e organizações LGBT, mas, sobretudo, pelo reconhecimento e autorreconhecimento de poder exercer a função de professora;
- c) Na escola, o corpo da professora trans pode mostrar a instabilidade das normas de gênero, isto é, desnaturalizar os discursos que definem os limites entre masculino e feminino;
- d) As professoras trans, em diversas situações, são chamadas a explicar “o que são” para os/as alunos/as e não basta dizer que são professoras. do autocontrole exigido para permanecer na função docente (Torres, 2012, p. 22).

Notas sobre o processo de inclusão de uma professora transexual, de autoria de Alfrâncio Ferreira Dias, Maria Eulina Pessoa de Carvalho e Danilo Araújo de Oliveira (2016) analisa os processos de ensino e construção de saberes, especificamente sobre o uso do nome social das pessoas transexuais, as possibilidades de um currículo trans e a atuação, permanência de professoras transexuais no enfrentamento à transfobia na escola.

A pesquisa apresenta a história de vida de Lohanna, mulher transexual, suas experiências e os sentidos que ela elabora acerca do processo de formação e profissionalização de uma pessoa transexual no enfrentamento à transfobia. Utiliza-se como abordagem metodológica a pesquisa qualitativa pós-crítica a partir da realização de entrevista narrativa, por crê que o trabalho com narrativas pode contribuir para o fortalecimento da pesquisa nesse campo. A partir da experiência de Lohanna, os autores destacam como o corpo transexual tem poder, o poder de perturbar, desestabilizar, de propor desconstruções e (des) aprendizagens. Destaca os desafios de entender a importância e a necessidade de mais pesquisas acerca do universo transexual na educação.

Experiências escolares de estudantes trans, de autora de Tânia Mara Cruz e Tiago Zeferino dos Santos (2016), teve como objetivo conhecer a trajetória e analisar as implicações da presença de duas estudantes transexuais nas escolas públicas de Educação Básica e na universidade onde ambas estudaram.

A pesquisa utilizou-se das memórias e das histórias de vida de duas estudantes trans, Jéssica e Carolina, que residiam na cidade de Tubarão, no estado de Santa Catarina. Através das narrativas das duas estudantes, ficou explícito o quanto a escola foi negligente, hostil, racista, excludente e o quanto trouxe e deixou traumas e marcas negativas para ambas.

Os relatos das duas professoras sobre a sua experiência como estudantes explicita o quanto a presença de sujeitos com expressões de gênero e sexualidade fora dos padrões binários desestabiliza o ambiente escolar e o quanto os profissionais da educação são, em sua grande maioria, reprodutores das violências nos espaços das escolas e universidades em relação aos sujeitos trans, travestis e homossexuais, ao mesmo tempo em que reafirmam o sexismo e a cisheteronormatividade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neil Franco (2009) buscou compreender e problematizar aspectos da constituição identitária de professores e professoras (gays, travestis e lésbicas) que transitam pelas fronteiras das sexualidades e do gênero e, para isso, buscou-se saber como esses sujeitos contavam suas histórias de vida e o lugar ocupado pela profissão docente nesse processo, principalmente quando suas identidades sexuais e de gênero eram evidenciadas e interpretadas pelos diversos sujeitos que compõem a escola, sobretudo o corpo docente.

Para Franco (2009), um dos principais aspectos evidenciados pela pesquisa foi que o(a) professor(a) gay, travesti e lésbica, ao exercer a profissão docente, não se desvincula das marcas da sexualidade e do gênero inscritas em seu corpo, provocando impactos tanto em alunos(as), docentes quanto em outros sujeitos envolvidos no processo educativo. Outra evidência é que “praticamente todos(as) esses(as) docentes acreditavam que a temática da sexualidade deveria ser discutida na escola, considerando-a como uma dimensão inerente ao ser humano” (p. 214), contudo, o caráter de inerência da sexualidade “não se referia a docentes, nos espaços internos da escola e, principalmente, se esses sujeitos fossem homossexuais” (Franco, 2009, p. 214).

Por fim, a pesquisa tornou evidente que a homossexualidade masculina é um fator de maior impacto nas relações cotidianas da escola de modo que os estudantes homossexuais foram também evidenciados como alvo de discriminação e de preconceito no contexto escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Faz-se necessário que a escola, como espaço de múltiplas vivências, esteja pronta para alguns desafios e revisões curriculares e pedagógicas, rumo à ampliar os campos sobre as questões raciais, de gênero e sexualidade, para a garantia de uma formação mais humana e inclusiva.

As pesquisas analisadas demonstraram que a negação dos corpos/subjetividades trans nos diferentes espaços/instituições da sociedade tem suscitado discussão no âmbito acadêmico, sobretudo diante das interpelações dos corpos trans às estruturas cisheteronormativas que organizam a instituição escolar e a universidade, na produção político epistêmico de um conhecimento “outro”, que tem possibilitado a decolonização da educação, nos seus diferentes níveis e modalidades, e da tradição de conhecimento, de matriz ocidental, como tem sido proposto, por exemplo, pelo “transfeminismo” (Nascimento, 2021).

A presença de professoras trans na escola explicita o quanto seus corpos, nesses espaços, constroem políticas que educam a estrutura escolar e a sociedade como um todo. Além disso, as posições que as professoras *trans ocupam* na escola resultam dos processos de resistências e enfrentamento às violências, através da construção de redes de apoio, tanto interna quanto externas à escola e à Universidade.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Luma Nogueira de. *Travestis na escola: assujeitamento e resistência à ordem normativa*. 279 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz diferença. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 549-559, maio/ago. 2011.

BOHM, Alessandra Maria. *Os “monstros” e a escola: identidade e escolaridade de sujeitos travestis*. 2009. 103 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

BRITO, Camila Pina. *Já é Negro e ainda quer ser travesti?: experiências trans de mulheres negras*. 2016. 129 f. Dissertação (Mestrado em Relações Étnicas e Contemporaneidade) – Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), Jequié, 2016.

BRITO, Camila Pina; SOUZA, Marcos Lopes de. (Sobre)Vivências educacionais: o cisheteroterrorismo branco. In: SANTANA, José Valdir Jesus de; FERREIRA, Maria de Fátima de Andrade (org.). *Diversidades, igualdade de direitos e cidadania na escola e na sociedade brasileira*. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2020.

CRUZ, Tânia Mara; SANTOS, Tiago Zeferino dos. Experiências escolares de estudantes trans. *Revista Reflexão e Ação*, Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 1, p. 115-137, jan./abr. 2016.

DIAS, Alfrâncio Ferreira; CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de; OLIVEIRA, Danilo Araujo de. Notas sobre o processo de inclusão/exclusão de uma professora transexual.

Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 25, n. 45, p. 145-158, jan./abr. 2016.

DIAS, Danilo. *Travestilidades, marcadores étnicos e docência: um estudo com base em narrativas de uma travesti professora do interior baiano*. 2017. 110 f. Dissertação (Mestrado em Relações Étnicas e Contemporaneidade) – Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Jequié, 2017.

FRANCO, Neil. *A diversidade entra na escola: histórias de professores e professoras que transitam pelas fronteiras da sexualidade e do gênero*. 2009. 239 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

FRANCO, Neil; CICILLINI, Graça Aparecida. Travestis, transexuais e transgêneros na escola: um estado da arte. *Caderno de Pesquisa*, São Luís, v. 23, n. 2, p. 122-137, maio/ago. 2016.

MODESTO, Rubens Gonzaga. *Sobre coragem e resistência: contando a história de Leona, professora e mulher trans*. 2018. 172 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Ouro Preto, 2018.

NASCIMENTO, Letícia. *Transfeminismo*. São Paulo: Jandaíra, 2021.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. *O diabo em forma de gente: (R)existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação*. Salvador: Devires, 2020.

OLIVEIRA, Megg Rayara Gomes de. *O diabo em forma de gente: (R)existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação*. 2017. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

PERES, William Siqueira. Cenas de Exclusão Anunciadas: travestis, transexuais, transgêneros e a escola brasileira. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz. *Diversidade Sexual na Educação: problematização sobre a homofobia nas escolas*. Brasília: Ministério da Educação, 2009. p. 235-264.

REIDEL, Marina. *A pedagogia do salto alto: histórias de professoras transexuais e travestis na educação brasileira*. 2013. 162 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

SANTOS, Tiago Zeferino dos. *Quando o “estranho” resolve se aproximar: a presença da professora transexual e as representações de gênero e sexualidade no ambiente escolar*. 2015. 116 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Sul de Santa Catarina, 2015.

TORRES, Marco Antonio. *A emergência de professoras travestis e transexuais na escola: heteronormatividade e direitos nas figurações sociais contemporâneas*. 2012. 362 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

WATANABE, Kelli Vergara. *Inclusão de pessoas trans na UFPEL: pelo direito de ser igual quando a diferença inferioriza e ser diferente quando a igualdade descaracteriza*. 2019. 116f.